em preliminar, decretar a nulidade do AINF. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 30/09/2020.

ACÓRDÃO N.7581 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18047 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510007745-1). CONSELHEIRA RELATORA: RAFAELLE ROLIM SALES FERNANDES. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. É nulo o AINF que tem base em levantamento fiscal fundado em relatório de "expectativa de receita", sem a devida análise que confirme a referida expectativa para cada uma das situações tributárias. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, decretar a nulidade do AINF. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 30/09/2020.

ACÓRDÃO N.7580 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18045 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510008386-9). CONSELHEIRA RELATORA: RAFAELLE ROLIM SALES FERNANDES. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. É nulo o AINF que tem base em levantamento fiscal fundado em relatório de "expectativa de receita", sem a devida análise que confirme a referida expectativa para cada uma das situações tributárias. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, decretar a nulidade do AINF. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 30/09/2020.

ACÓRDÃO N.7579 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18043 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510007730-3). CONSELHEIRA RELATORA: RAFAELLE ROLIM SALES FERNANDES. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. É nulo o AINF que tem base em levantamento fiscal fundado em relatório de "expectativa de receita", sem a devida análise que confirme a referida expectativa para cada uma das situações tributárias. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, decretar a nulidade do AINF. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 30/09/2020.

ACÓRDÃO N.7578 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18029 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510007731-1). CONSELHEIRA RELATORA: RAFAELLE ROLIM SALES FERNANDES. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. É nulo o AINF que tem base em levantamento fiscal fundado em relatório de "expectativa de receita", sem a devida análise que confirme a referida expectativa para cada uma das situações tributárias. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, decretar a nulidade do AINF. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 30/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7577 - 1ª CPJ. RECURSO N. 18103 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF Nº 182019510000010-3). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. O mero saneamento da capitulação legal da infringência tributária não se configura cerceamento do direito de defesa. 2. As operações de entrada, no Estado, de energia elétrica, não destinada à industrialização, sujeitam-se à incidência do ICMS. 3. A base de cálculo do ICMS nas entradas de energia é o valor da operação, considerando-se todos os encargos ocorridos desde a produção até a entrega da energia ao consumidor final. 4. Deixar de recolher ICMS, relativo às operações realizadas, referente aos encargos de uso do sistema de transmissão e conexões nas entradas de energia elétrica, constitui infração à legislação e sujeita o contribuinte à penalidade incorrida. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 30/09/2020.

ACÓRDÃO N.7576 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18101 - RECURSO DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 182019510000010-3). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. Deve ser reformada a decisão singular que exclui do lançamento tributário os créditos não alcançados pela decadência. 2. A contagem do prazo decadencial inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao fato gerador em caso de diferença apurada de ofício pelo Fisco. 3. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e improvido do recurso. DECISÃO: UNÂNIME / POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 30/09/2020. VOTO CONTRÁRIO: Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e improvido do recurso.

ACÓRDÃO N. 7575 - 1ª CPJ RECURSO N. 17831 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF Nº 352017510006010-6). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. Rejeita-se a preliminar de nulidade do lançamento fiscal quando comprovado nos autos que não houve prejuízo ao direito de defesa. 2. Não compete ao TARF/PA a análise da validade da legislação tributária. 3. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso ou consumo ou à integração ao ativo permanente do estabelecimento, no momento da entrada em território paraense, em razão da situação de ativo não regular, constitui infração à legislação tributária sujeita à penalidade legalmente prevista, independentemente do recolhimento do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 28/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 28/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7574 - 1ª CPJ RECURSO N. 16953 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF Nº 372016510001134-2). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. Deixar de recolher o ICMS - Antecipado Especial, na condição de ativo não regular, no momento da entrada da mercadoria em território paraense, configura infração à legislação tributária estadual sujeita à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 28/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 28/09/2020.

ACÓRDÃO N. 7573 - 1ª CPJ RECURSO N. 14561 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO Nº 092015510001473-4) CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso ou consumo ou à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração e sujeita às penalidades legalmente previstas. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/09/2020.

ACÓRDÃO N.7572 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 14559 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 092015510001473-4). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA. ICMS - Auto de Infração. 1. Escorrega a decisão singular que excluiu do crédito tributário valores comprovadamente indevidos, ora porque já cobrados em AINF diverso, ora pela aplicação da devida redução de base de cálculo. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/09/2020.

ACÓRDÃO N.7571 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 17013 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 092017510000707-4). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS - AUTO DE INFRAÇÃO. 1. É nula a decisão de primeira instância que adota fundamento diverso do indicado no lançamento inicial, sem assegurar defesa. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, anular a decisão de primeira instância. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/09/2020.

ACÓRDÃO N.7570 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18089 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372019510000484-4). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS - AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Não há que se falar em prescrição na exigência do crédito tributário ainda não constituído definitivamente. 2. Deixar de recolher ICMS, no prazo regulamentar, relativamente à mercadoria sujeita à antecipação na entrada em território paraense, constitui infração e sujeita às penalidades legalmente previstas. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/09/2020.

ACÓRDÃO N.7569 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18087 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012017510001023-8). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS - AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Não há que se falar em prescrição na exigência do crédito tributário ainda não constituído definitivamente. 2. Deixar de recolher ICMS, no prazo regulamentar, relativamente a mercadoria constante da relação correspondente à cesta básica estadual, constitui infração e sujeita às penalidades legalmente previstas. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/09/2020.

ACÓRDÃO N.7568 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18085 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012017510001022-0). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS - AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Não há que se falar em prescrição na exigência do crédito tributário ainda não constituído definitivamente. 2. Deixar de recolher, na condição de ativo não regular, a antecipação especial de ICMS relativo a operação interestadual de mercadoria para fins de comercialização, no prazo estabelecido na legislação tributária estadual, constitui infração e sujeita às penalidades legalmente previstas. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/09/2020.

ACÓRDÃO N.7567 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18083 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012017510001024-6). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS - AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Não há que se falar em prescrição na exigência do crédito tributário ainda não constituído definitivamente. 2. Deixar de recolher ICMS, no prazo regulamentar, relativamente à mercadoria sujeita à antecipação na entrada em território paraense, constitui infração e sujeita às penalidades legalmente previstas. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/09/2020.

ACÓRDÃO N.7566 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 18081 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012017510001047-5). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS - AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Não há que se falar em prescrição na exigência do crédito tributário ainda não constituído definitivamente. 2. Deixar de recolher ICMS correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual, relativo a operação com mercadoria destinada a consumidor final, constitui infração e sujeita às penalidades legalmente previstas. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 25/09/2020.

ACÓRDÃO N.7565 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 17577 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372017510000829-2). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS - AUTO DE INFRAÇÃO. 1. Deixar de recolher ICMS - Antecipação Especial na entrada de mercadoria destinada à comercialização em território paraense, na situação de "ativo não regular", constitui infração tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legalmente previstas, independentemente do imposto devido. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 23/09/2020.

ACÓRDÃO N.7564 - 1ª. CPJ. RECURSO N. 16349 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 352016510006272-1). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS - AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O enquadramento do contribuinte como "ativo não regular" impõe prazo especial para o recolhimento do ICMS na entrada em território paraense. 2. Deixar de recolher o ICMS - Diferencial de Alíquota, em operação interestadual com mercadoria destinada ao uso/consumo do estabelecimento, constitui infração sujeita à penalidade, sem prejuízo do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/09/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 23/09/2020.

(*)ACÓRDÃO N. 7518 - 1ªCPJ. RECURSO N. 17011 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 352016510008078-9). CONSELHEIRO RELATOR: HÉLDER BOTELHO FRANCÉS. EMENTA: ICMS - Auto de Infração. 1. É nula a decisão de primeira instância que adota fundamento diverso do indicado no lançamento inicial, sem assegurar defesa. 2. Recurso conhecido, em preliminar, para anular decisão de primeira instância. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheira Rafaelle Rolim Sales Fernandes, pela rejeição da preliminar. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 17/08/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 17/08/2020.

(*)Republikado por ter saído com incorreção

Protocolo: 591110